

INFORMAR PARA
MOBILIZAR: O
CASO DO JORNAL
ANARQUISTA
A PLEBE

[ARTIGO]

Liliane Maria Macedo Machado

Universidade de Brasília.

Faculdade de Comunicação

Fernando Figueiredo Strongren

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O fortalecimento da indústria e a imigração de operários europeus para o Brasil entre o final do século XIX e início do século XX propiciou um campo fértil para o crescimento do movimento operário e anarquista, que resultou em mais de 300 jornais e revistas operárias publicadas nesse período. Neste artigo, tomamos como objeto de estudo as 13 primeiras edições de *A Plebe*, um dos mais importantes jornais anarquistas do período, com o objetivo de investigar de que forma o movimento anarquista fazia uso do jornalismo como meio de legitimação e fortalecimento de suas organizações. Empregamos como metodologia de pesquisa os conceitos de discurso midiático, exotérico e esotérico, formulados por Adriano Duarte Rodrigues, que aludem às quatro funções do discurso: pedagógica, simbólica, mobilizadora e reparadora. Após emprendermos a análise, observamos que os jornais anarquistas realizam dupla função: informar seus leitores e formar entre eles novos militantes libertários.

Palavras-chave: Movimento Anarquista. Jornalismo Anarquista. *A Plebe*. Discurso Exotérico.

The strengthening of industry and the immigration of European workers to Brazil between the late nineteenth and early twentieth century provided a fertile ground for the growth of the workers' and anarchist movement, which resulted in more than 300 workers' newspapers and magazines published in that period. In this article, we take as object of study the first 13 editions of *A Plebe*, one of the most important anarchist newspapers of the period, aiming to investigate how the anarchist movement used journalism as a mean of legitimizing and strengthening its organizations. The methodology used was the concepts of mediatic, exoteric and esoteric discourse, formulated by Adriano Duarte Rodrigues, which allude to the four functions of discourse: pedagogical, symbolic, mobilizing and restorative. After the analyzes, we observe that the anarchist newspapers have a dual function: to inform their readers and to form, among them, new libertarian militants.

Keywords: Anarchist Movement. Anarchist Journalism. *A Plebe*. Exoteric Discourse.

El fortalecimiento de la industria y la inmigración de trabajadores europeos a Brasil entre fines del siglo XIX y principios del siglo XX proporcionaron un terreno fértil para el crecimiento del movimiento obrero y anarquista, que resultó en más de 300 periódicos y revistas publicados en ese período. En este artículo, tomamos como objeto de estudio las primeras 13 ediciones de *A Plebe* -uno de los diarios anarquistas más importantes de la época- con el objetivo de investigar cómo el movimiento anarquista usó el periodismo como medio de legitimación y fortalecimiento de sus organizaciones. Utilizamos como metodología los conceptos de discurso mediático, exotérico y esotérico, formulados por Adriano Duarte Rodrigues, que aluden a las cuatro funciones del discurso: pedagógico, simbólico, movilizador y restaurador. Después de las análisis, observamos que los periódicos anarquistas tienen una doble función: informar a sus lectores y formar, entre ellos, nuevos militantes libertarios.

Palabras clave: Movimiento Anarquista. Periodismo Anarquista. *A Plebe*. Discurso Exotérico.

Introdução

A busca por compreender os elementos característicos da comunicação alternativa nos levam diretamente a dois componentes centrais: o grupo de produtores dessa comunicação e o seu conteúdo, tal como aparecem nas definições de diversos pesquisadores da comunicação alternativa. Um desses autores é o argentino Máximo Simpson Grinberg, que define a comunicação alternativa como resultado da necessidade de as classes populares produzirem mensagens com conteúdo diferentes ou opostas àquelas difundidas pelos meios hegemônicos. Dessa forma, o conteúdo da comunicação alternativa não se limita ao simples relato, mas “aparece então como parte de uma atividade que transcende, vinculado sempre ao propósito de modificar em algum sentido a realidade” (GRINBERG, 1987, p. 24).

Essa visão da comunicação alternativa como elemento que extrapola o seu objetivo imediato de enviar uma mensagem também está presente na obra de Pedro Gilberto Gomes, que a coloca como um dos elementos do conflito entre grupos com diferentes visões de sociedade, sendo que a comunicação alternativa surge dos grupos que se distanciam da estrutura dominante.

A comunicação popular¹ não tem valor em si mesma, mas enquanto se

1 A comunicação alternativa tem como sinônimos: comunicação popular, comunitária, participativa, dialógica, de base ou horizontal. Neste artigo, adotamos como padrão o termo empregado por Grinberg (1987). Sobre os sinônimos de comunicação alternativa ver: Gomes (1990, p. 42) e Peruzzo (1998, p. 120).

integre num processo de luta com uma perspectiva de nova sociedade. Que luta? A luta autônoma, a que põe em crise a estrutura social dominante. Deste modo, o contexto ideal da comunicação popular é o da luta autônoma. É no interior de organizações, de movimentos de massa, que travam uma luta que tende a unir o que a sociedade fragmenta e, portanto, convulsionar as estruturas do capital. É aqui onde ela adquire lógica (GOMES, 1990, p. 44-45).

Apesar de, tradicionalmente, locados sobre os fenômenos de comunicação que emergiram na América Latina a partir dos anos 1960 – em resposta aos regimes ditatoriais que se instalavam na região e nas lutas contra o avanço do sistema capitalista, o conceito de comunicação alternativa pode ser tensionado com práticas de comunicação que ganharam vida antes da segunda metade do século XX. Um desses casos é o da imprensa anarquista, que proliferou no Brasil até as duas primeiras décadas do século XX.

Ao investigarmos a história do movimento anarquista no Brasil, é difícil não nos defrontarmos com a publicação de um jornal ou de uma revista. Com mais de 300 títulos publicados em todo o território nacional, somente entre o último quarto do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX (FERREIRA, 1988, p. 14), a prática do jornalismo mostra-se diretamente associada às práticas dos militantes anarquistas daquele período.

Ao observarmos o jornalismo anarquista sob a ótica da comunicação alternativa, tal como apresentada por Grinberg (1987) e Gomes (1990), podemos

compreender os periódicos libertários como resultado da necessidade dos militantes e das organizações anarquistas em propagar mensagens distintas das que circulavam nos grandes jornais e que se inseriam na luta contra a exploração dos trabalhadores no sistema capitalista. Esse potencial do jornalismo como fator de transformação da sociedade está presente também nas reflexões de membros do movimento anarquista sobre a imprensa.

O italiano Errico Malatesta defende em um de seus escritos a necessidade de se fundar jornais para formar no proletariado “o espírito de associação e de resistência, e suscitar, cada vez, maiores reivindicações; combater continuamente todos os partidos burgueses e todos os partidos autoritários [...] organizar-nos com aqueles que estão convencidos ou se convencem de nossas ideias” (MALATESTA, 2010, p. 17). Por sua vez, o editor e anarquista brasileiro Edgard Leuenroth define os meios de comunicação anarquistas (jornais e revistas) como veículos de divulgação, crítica e combate com “escrúpulo de seleção da matéria que publica e no critério cuidadoso em informar sobre os acontecimentos sociais, bem como suas apreciações” (LEUENROTH, 1963, p. 96).

Neste artigo, propomos investigar o uso que o movimento anarquista brasileiro fez do jornalismo no início do século XX, buscando compreender de que forma os jornais eram utilizados como meio de comunicação alternativa, isto é, meios de propagação de mensagens vinculadas aos ideais de mudança da estrutura social e combate ao sistema capitalista. Para tanto, optamos por analisar o semanário *A Plebe*, um dos mais importantes e longevos periódicos

anarquistas da época, e sua relação com o movimento anarquista paulistano em 1917, ano de lançamento do jornal e também da realização de uma greve geral na cidade de São Paulo. Tomamos como *corpus* da pesquisa as 13 primeiras edições de *A Plebe*, publicadas entre 9 de junho de 1917 e 8 de setembro do mesmo ano, quando o jornal dedicou-se à cobertura das greves que mobilizavam o operariado paulistano desde o início daquele ano, bem como sobre a Greve Geral, realizada entre 12 e 16 de julho, e dos impactos provocados pelo movimento em São Paulo e em outros estados do país.

A compreensão do uso do jornalismo pelo movimento anarquista no Brasil nos permite obter avanços sobre o conhecimento da história do movimento anarquista, assim como do jornalismo. No primeiro ponto, esclarecer tais usos do jornalismo, nos permite compreender quais os aspectos que tornavam a criação de jornais e revistas uma prática recorrente e central da organização anarquista no Brasil. Por outro lado, nossa investigação busca entender como o discurso jornalístico transforma-se em instrumento de luta por grupos marginais e classes populares, visando mudanças na ordem social. Para tanto, utilizamos como bases teóricas para nossas análises os trabalhos de Francisco Foot Hardman (2002) e Marco Aurélio Santana Rodrigues (2009) sobre a imprensa anarquista e de Adriano Duarte Rodrigues (2012) sobre o discurso midiático.

Segundo Hardman (2002, p. 311), os jornais anarquistas do início do século XX tinham o duplo papel de informar e formar seus leitores, articulando os interesses dos operários, promovendo a mobilização operária e realizando a propaganda libertária. A mesma ideia é complementada

pelo estudo de Marco Aurélio Santana Rodrigues (2009, p. 179), que aponta como objetivo principal dos periódicos anarquistas a formação de militantes por meio do uso de linguagem libertária e do discurso pautado nas lutas operárias – melhores salários, jornada de trabalho de oito horas, regulação do trabalho de mulheres e crianças – e anarquistas – organização revolucionária, greve geral, antimilitarismo, antipatriotismo, emancipação social, entre outras. Dessa forma, o jornalismo anarquista pode ser compreendido sob a luz da relação entre discurso midiático e discurso exotérico, tal qual apresentado por Adriano Duarte Rodrigues (2012), segundo o qual os jornais anarquistas seriam um meio de difusão e articulação do discurso produzido pelas organizações anarquistas.

Nosso objetivo geral é compreender se os editores de *A Plebe* se apropriaram do discurso exotérico presente no movimento anarquista para sua tentativa de mobilizar o operariado paulistano. Especificamente, buscamos analisar de que forma cada uma das quatro funções do discurso exotérico do movimento anarquista, a saber: pedagógica, simbólica, mobilizadora e reparadora, aparecem no discurso midiático de *A Plebe*.

Na próxima seção, apresentamos os conceitos de discurso midiático, exotérico e esotérico, formulados por Adriano Duarte Rodrigues (2012), e que são o fundamento de nossa análise. Na terceira seção, fazemos uma apresentação da história do movimento anarquista no Brasil até o início do século XX e de sua imprensa. Ambas as seções dão suporte para a nossa análise do conteúdo de *A Plebe* e sua relação com o movimento anarquista, presente na quarta e última seção deste artigo.

1. O discurso midiático

Tomado pela preocupação em compreender o que caracteriza o discurso midiático, o pesquisador português Adriano Duarte Rodrigues oferece-nos no artigo “Delimitação, natureza e funções do discurso midiático” (RODRIGUES, A., 2012) um modelo teórico que nos permite entender melhor a relação existente entre o discurso midiático e os discursos produzidos pelas demais instituições que compõem o espaço público.

Rodrigues trabalha com dois conceitos fundamentais: instituição e discurso, sendo que o último apresenta-se em três modalidades – esotérico, exotérico e midiático. A instituição é definida como um grupo que possui legitimidade para intervir em determinada esfera da sociedade. As diferentes instituições possuem interesses, objetivos e práticas distintas que podem ou não entrar em conflito. Ademais, cada instituição possui, segundo Rodrigues (2012, p. 233), duas dimensões: a pragmática, que possibilita a intervenção na realidade, e a discursiva, que cumpre quatro funções, a saber, pedagógica, tradicional, simbólica e mobilizadora e reparadora, as quais:

asseguram a inculcação e a transmissão da sua legitimidade para ditar as normas destinadas a regular os comportamentos e para intervir com eficácia dentro de um determinado domínio da experiência. Mas é também ao discurso que compete expressar simbolicamente a visibilidade da sua intervenção, a mobilização em torno da sua ordem de valores e a reparação da violação das suas normas (RODRIGUES, A., 2012, p. 234).

A dimensão discursiva das instituições se expressa de duas maneiras. O discurso esotérico é composto pelos discursos institucionais direcionados para seu público interno, composto por indivíduos que possuem domínio prévio das representações simbólicas utilizadas (RODRIGUES, 2012, p. 233). Esse discurso pode ser identificado, por exemplo, no discurso médico e jurídico e no meio acadêmico, nos quais o discurso produzido é inacessível ao público em geral, fazendo uso de expressões e representações próprias. Com o objetivo de legitimar sua posição na sociedade, as instituições ainda produzem o discurso exotérico, isto é, o conjunto dos discursos cujo destinatário é a sociedade como um todo (RODRIGUES, A., 2012, p. 233).

Por sua vez, as instituições midiáticas reproduzem e articulam esses discursos exotéricos atuando na construção de um espaço homogêneo diante da heterogeneidade das instituições. O discurso midiático, resultante desse processo de articulação dos diversos discursos exotéricos, caracteriza-se como um discurso acabado, isto é, camuflado, para não deixar aparecer o lugar de fala do enunciador, e intermitente, que mantém o contato constante com o público. Esse discurso midiático, segundo o pesquisador português Adriano Duarte Rodrigues (2012, p. 234), cumpre uma função fundamental na sociedade moderna ao tentar homogeneizar a realidade frente às divergências das diversas esferas da experiência e as instituições que buscam interferir nelas, refletindo em si as funções pedagógica, simbólica, mobilizadora e reparadora de cada instituição. Para tanto, são adotadas algumas estratégias na composição do discurso midiático, dentre as quais estão (RODRIGUES, A., 2012, p. 235-237):

- a) a *estratégia de naturalização*, que se materializa quando o discurso midiático escamoteia o recorte arbitrário da multiplicidade de domínios da experiência e do poder das instituições sobre esses domínios. Isso ocorre quando os discursos midiáticos se apropriam dos discursos exotéricos das outras instituições, escondendo as pretensões que estão por trás desse discurso. O processo de naturalização liga-se diretamente à memória, uma vez que o discurso midiático é efêmero, dessa forma, os enunciados precisam ser constantemente retomados para provocar o arquivamento e a rememoração do conteúdo arquivado;
- b) a *estratégia de reforço*, que aparece no discurso midiático quando ele reforça a legitimidade das outras instituições, garantindo-lhes a permeabilidade na sociedade e a projeção pública de seus valores simbólicos;
- c) a *estratégia de compatibilização*, utilizada pelo discurso midiático quando a legitimidade de diferentes instituições entra em conflito, buscando equilibrar as pretensões conflitantes. Isso pode ser realizado de duas maneiras, com o esvaziamento dos discursos polêmicos acerca dessas posições ou com a apresentação das diferentes posições por meio de debates, mesas-redondas, etc.;
- d) a *estratégia de exacerbação dos diferentes*, que pode ser adotada quando o discurso midiático está em oposição à estratégia de compatibilização, em que se propõem a realçar essas diferenças, gerando conflitos entre as instituições envolvidas;

e) a *estratégia da visibilidade*, que é aquela cuja função é dar visibilidade a outra instituição, buscando promovê-la como legítima interventora na sociedade.

As assertivas de Adriano Duarte Rodrigues serão fundamentais para que analisemos os conteúdos presentes nas 13 primeiras edições de *A Plebe*, buscando identificar a presença do discurso exotérico do movimento anarquista, destacando cada uma de suas funções (pedagógica, simbólica, mobilizadora e reparadora²), bem como as estratégias utilizadas pelos editores do veículo. Antes, porém, faremos uma breve contextualização acerca do movimento anarquista no estado de São Paulo e da trajetória do jornal *A Plebe*.

2. Anarquismo e imprensa anarquista no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil vivenciou uma grande onda migratória com trabalhadores vindos de diversos países em busca de condições de vida melhores do que as que encontravam em sua terra natal. Fruto de intensa campanha e do incentivo fornecido pelo governo brasileiro, só no estado de São Paulo, entre 1850 e 1920, foi registrado o desembarque

2 Apesar de Adriano Duarte Rodrigues (2012) apontar para quatro funções, sendo a mobilizadora e reparadora entendida como uma só função, optamos por diferenciá-las em nossa análise. O leitor também deve ter reparado na ausência da função tradicional, isso se dá pela ligação dessa função com o discurso esotérico, que não é objeto de nossa análise.

de mais de um milhão e meio de imigrantes vindos, principalmente, de Portugal, da Espanha e da Itália.

Porém, o sonho de uma vida próspera na América do Sul não se mostrou tão fácil para quem se instalava em terras brasileiras como trabalhador do campo ou na nascente indústria nacional. Com a constituição de uma república federativa e liberal, conforme desejado pela elite econômica paulista desde o fim do império, em 1889, os trabalhadores – seja ele brasileiro nato ou imigrante – encontram um Estado que se negava a regulamentar e normatizar o mercado de trabalho (ADDOR, 2009, p. 17), permitindo que mulheres, crianças e homens fossem vítimas de intensa exploração como mão de obra, experimentando jornadas de trabalho que passavam facilmente das dez horas diárias, baixos salários e moradias sem condições mínimas de salubridade e higiene (ADDOR, 2009, p. 18-19). Esses elementos que dificultavam a vida do trabalhador, possibilitaram o surgimento do movimento operário, que se organizava na luta por melhores condições de vida e trabalho.

Na base desse nascente movimento operário estavam os anarquistas³, grupo composto por imigrantes que trouxeram da Europa a ideologia de uma sociedade justa e igualitária, além de brasileiros que foram atraídos pelos ideais libertários e engrossaram as fileiras da luta por uma sociedade livre da exploração exercida pelo capital e pelo Estado sobre os indivíduos. A presença

3 Addor (2009) afirma que dentro do movimento operário brasileiro, nas três primeiras décadas da república (1890-1920), coexistiam três correntes: trabalhista, socialista reformista e anarquista, sendo esta última predominante.

dos militantes anarquistas na base do movimento operário brasileiro deu-se de forma quase hegemônica até a década de 1920, quando foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, em 1922, promovendo uma ruptura dentro da luta operária.

Durante seu período áureo, sobretudo na cidade de São Paulo e na então capital federal, o Rio de Janeiro, os anarquistas promoveram a organização de ligas, uniões e, posteriormente, sindicatos, além da intensa propaganda no interior das fábricas e dos bairros operários, por meio de jornais, comícios e atividades culturais. A campanha de conscientização da classe operária apresentou seus primeiros resultados já no início do século XX, com a fundação, em novembro de 1905, da Federação Operária de São Paulo (Fosp), órgão que reunia diversas ligas de resistência e sindicatos paulistas, e a realização do I Congresso Operário Brasileiro, na capital federal, entre 15 e 20 de abril de 1906.

Com representantes de 28 sindicatos, o Congresso Operário Brasileiro aprovou duas resoluções que influenciaram diretamente o movimento operário paulista nos anos seguintes: a escolha da ação direta⁴, como instrumento de luta dos trabalhadores, e a determinação de que as comemorações do 1º de maio (dia de luta dos trabalhadores) teriam como objetivo a conquista da jornada de trabalho de oito horas. Os efeitos dessas resoluções surgem já em

4 Lopreato explica que a ação direta é “um método de ação política baseado na livre iniciativa, na autonomia e na solidariedade” (1996, p. 7), sendo praticada em oposição à ação política eleitoral, levando o trabalhador a refletir sobre sua condição, decidindo e agindo por conta própria. Suas principais formas são: a greve, com preferência para a greve geral, o boicote e a sabotagem.

1907, com a eclosão de uma série de greves na capital paulista.

Os primeiros a paralisarem as atividades foram os metalúrgicos da Cia. Lidgerwood, no dia 4 de maio, depois de terem sido recusadas as suas reivindicações de aumento de salário e implantação da jornada de oito horas. A partir dessa data, diversas outras categorias declararam-se em greve: pedreiros e serventes, seguidos pelos pintores de parede, trabalhadores em madeira, sapateiros, tecelões, gráficos, canteiros, vidreiros, trabalhadores da limpeza pública, costureiras e outras (LOPREATO, 1996, p. 12).

Mesmo diante da repressão policial ao movimento grevista, que resultou no fechamento da Fosp, em 14 de maio, e na prisão de diversos militantes, o movimento durou até junho. Com conquistas em alguns setores e derrotas em outros, o movimento libertário viu aquele primeiro levante como uma conquista dos operários na luta pela formação da consciência de classe e do seu poder de luta, como mostraria a nova onda de greves, em 1912, e a Greve Geral de 1917.

A Greve Geral que, nas palavras de Lopreato (1996, p. 18), foi “um marco histórico no processo do fazer-se da classe operária brasileira”, teve como pano de fundo as más condições de trabalho, os baixos salários e a péssima qualidade de vida. A essas condições que afetavam os trabalhadores paulistanos há tempos, somavam-se a alta nos preços dos alimentos e outros itens básicos, que fizeram eclodir diversas greves desde o início de 1917.

Porém, foi em uma segunda-feira, 9 de julho, em frente à fábrica de bebidas

Antártica, que ocorreria o choque entre grevistas e a polícia, que acendeu o rastilho de pólvora que explodiria na greve geral que parou a cidade de São Paulo entre os dias 12 e 16 de julho. Depois do confronto inicial, o subdelegado Pamphilo Marmo solicitou a presença do delegado geral Thyrso Martins, que chegou acompanhado por trinta soldados armados com fuzis. Os novos confrontos entre grevistas e polícia terminou com três operários feridos, entre os quais estava o sapateiro espanhol José Iniguez Martinez, que morreria no dia seguinte.

Naquela mesma noite, uma reunião entre jornalistas anarquistas e socialistas e representantes das ligas operárias, das corporações em greve e outras associações político-sociais, resultou na fundação do Comitê de Defesa Proletária (CDP), entidade de caráter anarquista e descentralizada que se tornaria representante e articuladora dos operários em greve e que logo convocaria a população para a cerimônia fúnebre do trabalhador espanhol.

Com a presença de cerca de dez mil paulistanos (LOPREATO, 1996, p. 21), o enterro de Martinez foi transformado em um grande comício em prol da liberdade dos grevistas presos, liberdade de organização, aumento salarial e controle da inflação de alimentos pelo governo. O ato seguiu para a Praça da Sé para um novo comício, que acabou em conflito com a polícia.

Os fatos que marcaram aquela segunda semana de julho de 1917 eram resultado de um movimento que iniciara em maio daquele ano, quando os trabalhadores da indústria têxtil entraram em greve, seguidos por outras categorias. Constituindo uma força cada vez maior, “os

industriais, perplexos com a capacidade de arregimentação dos grevistas e assustados com as agitações operárias, convocaram a Força Pública para guarnecer as fábricas. A polícia assumiu o papel de braço armado dos patrões” (LOPREATO, 1996, p. 23), o que levou a constantes conflitos entre polícia e trabalhadores.

A intensidade da revolta operária levou o secretário estadual de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, Eloy Chaves, a se envolver diretamente no conflito, reunindo-se na tarde do dia 11 com industriais, com o objetivo de convencê-los a atenderem às demandas dos grevistas, que, até então, limitavam-se ao aumento de 20% nos salários e à readmissão dos demitidos.

Em resposta, o CDP, reunido com representantes de associações operárias e grevistas, formulou um documento único, publicado por diversos jornais no dia 12, pedindo a libertação dos detidos por motivo de greve, o respeito ao direito de associação, a readmissão dos grevistas, a abolição do trabalho de menores de 14 anos e do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, o aumento de salário, a jornada de oito horas, entre outras demandas.

Com a publicação do manifesto do comitê, a capital paulista parou. No dia 13 de julho, o jornal *O Estado de S. Paulo* falava em mais de 20 mil operários em greve (OS OPERÁRIOS, 1917) e que a ordem pública estava alterada desde a manhã do dia 12, com depredações, comércios fechados, bondes, cocheiros e carroceiros parados e confrontos entre a polícia e população (AGITAÇÕES..., 1917). Segundo Lopreato (1996, p. 39-40), tal movimento só foi possível graças à articulação dos militantes

anarquistas que, auxiliados pelos socialistas, souberam aproveitar o momento de crise para que os trabalhadores assumissem as rédeas de sua emancipação.

Depois de sete dias de intensos conflitos e dois dias de negociações, grevistas – representados pelo CDP – e empresários chegaram a um acordo aprovado pelo operariado paulistano em três comícios no dia 16 de junho.

2.1 A imprensa anarquista

Em seu estudo sobre a Greve Geral de 1917, Lopreato aponta a importância de toda a pregação doutrinária e a incitação à ação direta por parte dos anarquistas em comícios e jornais. Essa relação entre imprensa anarquista e os levantes operários no início do século, no Brasil, também é notada pela historiadora Maria Nazareth Ferreira, que aponta a correlação entre o lançamento de novos periódicos e a eclosão de greves, “o que pode indicar a atuação do jornal como um eficiente instrumento de mobilização e politização” (FERREIRA, 1988, p. 22).

Segundo Francisco Foot Hardman (2002, p. 309), a importância de tais publicações estava na criação de uma cultura de resistência. Em breve, a imprensa anarquista se estenderia para além dos limites e dos fatos que ocorreram nas duas maiores cidades brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro). Ferreira (1988, p. 14), em um levantamento acerca de tais veículos, destaca a presença da imprensa anarquista em todo o território nacional, mesmo que a concentração se dê na capital paulista, uma vez que

149 títulos encontravam-se no Estado de São Paulo, dos quais 22 foram publicados

fora da capital; cem títulos editados no Rio de Janeiro, onde apenas sete situavam-se fora da capital; 94 títulos encontravam-se distribuídos por outros Estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas e Paraná. Dos 343 títulos encontrados nesse período, sessenta eram editados em idioma estrangeiro, sendo um em alemão, quatro em espanhol e 55 em italiano (FERREIRA, 1988, p. 14).

De modo geral, os jornais anarquistas traziam notícias com denúncias sociais, informes sobre o movimento operário no Brasil e no mundo, críticas sociais ao Estado, à burguesia, à igreja e às instituições militares, por meio de charges políticas, literatura, artigos, divulgação de eventos e atividades culturais, além de anúncios que ajudavam a sustentar os jornais.

2.2 O jornal *A Plebe* (1917)

Um dos mais importantes jornais anarquistas do Brasil foi o semanário *A Plebe*, tendo sido publicado entre 1917 e 1951, com algumas interrupções, resultado de perseguições políticas e falta de dinheiro. Lançado no dia 9 de junho de 1917, o novo jornal era a continuação do periódico anticlerical *A Lanterna*, trazendo com essa nova fase a proposta de ampliar suas esferas de ação.

Com edições semanais de quatro páginas, publicadas aos sábados, a primeira fase do jornal, sobre a qual deter-nos-emos, foi dirigida por Edgard Leuenroth e durou 19 edições – de 9 de junho de 1917 a 30 de outubro do mesmo ano – e um suplemento do dia 15 de setembro. Entre os temas abordados nas páginas de *A Plebe* estão as informações

sobre greves que aconteceram antes e depois da Greve Geral, tanto na capital paulista, como no interior do estado, outras regiões do Brasil e na Argentina; sobre organizações operárias em diversas regiões do estado de São Paulo e do Brasil; notícias do movimento anarquista na Europa e da perseguição policial e política ao movimento operário e à imprensa anarquista. Após o fim da Greve Geral, o jornal torna-se fiscal do cumprimento dos acordos que deram fim ao movimento paredista, alertando quando este era infringido ou a colocação em prática de seus acordos era postergada. Ao longo de suas 19 edições ainda encontramos poesias, artigos de cunho pedagógico sobre a exploração do capital, abuso do patronato e da burguesia, artigos anticlericais, contra a Primeira Guerra Mundial e a participação do Brasil nesta e propagandas que variavam de um terço da página até toda a última página do jornal. Nas ilustrações, *A Plebe* apresentava, majoritariamente, charges de cunho político, contra a guerra, a igreja, a exploração do proletariado e a repressão aos movimentos grevistas. Observamos, também, o uso de fotografias a partir da sexta edição, com imagens da greve e de algumas personalidades do movimento operário e anarquista.

3. A Plebe: um jornal de informação e formação

Para compreendermos de que forma o jornal *A Plebe*, ao longo das 13 primeiras edições, serviu-se do discurso exotérico do movimento anarquista brasileiro – entendido aqui como uma instituição

que buscava intervir na sociedade – para compor seu discurso midiático de forma a não só informar seu público, mas também formá-lo na ideologia anarquista, buscamos identificar em suas páginas as quatro funções do discurso exotérico apontado por Adriano Duarte Rodrigues (2012), as quais relembramos: função pedagógica, função simbólica, função mobilizadora e função reparadora, e as estratégias utilizadas para articular esse discurso. Importante observarmos que essas funções e estratégias não aparecem distintas e isoladas em cada discurso (material jornalístico), sendo possível em um mesmo texto encontrarmos mais de uma função e/ou estratégia.

3.1 Função pedagógica

Destituídos da ideia de uma elite política que irá conduzir a transformação social, o movimento anarquista fundamenta seu processo revolucionário na formação de novos militantes, que irão conduzir a sociedade para um novo estágio com as próprias ações. É dessa perspectiva que a função pedagógica é, provavelmente, a mais importante dentro do discurso exotérico dos jornais anarquistas. Isso porque é ela que irá disseminar os valores e crenças anarquistas entre seus receptores. Assim, quando o discurso midiático de *A Plebe* articula a função pedagógica do discurso exotérico do movimento anarquista, ela legitima perante seu público os valores e crenças anarquistas, principalmente ao utilizar das estratégias de naturalização e reforço.

Um exemplo da importância dada à transmissão dos valores anarquistas, representada na articulação da função pedagógica pelo discurso midiático, é encontrado no artigo que abre a primeira edição de *A Plebe*.

Com o objetivo de apresentar o novo jornal, Edgard Leuenroth assina o artigo intitulado “Rumo à revolução social” (LEUENROTH, 1917, p. 1), em que justifica a substituição do jornal anticlerical *A Lanterna* por *A Plebe*, a fim de poder lutar contra os diversos fatores que infelicitam a sociedade.

Para se conseguir vencer o monstro social que infelicita o povo produtor não bastará decepar-lhe uma de suas monstruosas cabeças que, como as da hydra de Lerna, renascem com redobrado vigor para a sua maléfica acção. [...] A humana espécie sómente poderá considerar-se verdadeiramente livre e começar a gosar da felicidade da qual é merecedora quando sob os escombros fumengantes desse burgo podre que é o regimen burguez desaparecerem para todo o sempre, com a maldição de todas as gerações soffredoras, o Estado, a Igreja e o militarismo (LEUENROTH, 1917, p. 1).

Dessa forma, Leuenroth elenca os pontos centrais da crítica que o movimento anarquista faz à sociedade contemporânea: o Estado, a propriedade privada, a igreja católica, o autoritarismo e o militarismo, promovendo também a ideia de uma estrutura sistêmica supranacional, responsável pelos problemas que os trabalhadores enfrentam, como também é possível notar na passagem no qual ele afirma que “o Brasil, tendo a sua vida estreitamente ligada a dos demais países e estando sujeito ao mesmo regime da propriedade privada e da autoridade, que permite a ignominia da exploração do homem pelo próprio homem” (LEUENROTH, 1917, p. 1).

Nessa primeira edição encontramos ainda um caso específico do uso da

estratégia da exacerbação dos diferendos combinado com a estratégia de reforço. Normalmente dedicada a separar o discurso anarquista dos conservadores e instituições ligadas aos poderes estabelecidos, a coluna *Commentarios* de um plebeu, assinada por R. F.⁵, faz uso dessa estratégia ao relatar o caso de uma delegação de operários ligados à Federação Operária do Rio de Janeiro que foi expulsa do Palácio da República ao tentar entregar uma lista de exigências para o presidente Venceslau Brás. R. F. rejeita a ideia de buscar diálogo com os poderes políticos, uma vez que “destes poderes nunca saiu nada de bom” (*A PLEBE*, 9 jun. 1917, p. 3). O artigo, porém, segue para um elogio da postura de exigir a adoção das medidas propostas, reforçando o discurso libertário sobre o poder que os trabalhadores organizados têm sobre os patrões e governantes.

Logo, ao utilizar da exacerbação dos diferendos contra o discurso de uma instituição anarquista e reforçar uma ação dos mesmos, *A Plebe* não só transmite ao seu público a crença anarquista de que a libertação da humanidade não virá por meio da representação política, como também naturaliza a ideia de que os trabalhadores têm o poder de exigir seus direitos perante a elite política e econômica, reforçando a ideia de que são os trabalhadores que devem agir para mudar o regime social que os oprimem.

A crítica ao regime político instituído surge mais uma vez no artigo que abre a segunda edição do periódico paulista. Intitulado “Em nome do povo, não” (TORREZÃO, 1917, p. 1), Bazilio Torrezão

5 Provavelmente o advogado e militante anarquista Roberto Feijó.

escreve sobre a então recente votação na Câmara dos Deputados, que revogava a neutralidade do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Fazendo uso de dados estatísticos e número de eleitores, o autor busca naturalizar a crença anarquista da não legitimidade da representatividade na democracia moderna.

Porém, não é só nos artigos opinativos que a função pedagógica está presente. Um acidente na construção de um edifício no Rio de Janeiro serve, nas duas primeiras edições de *A Plebe*, de base para a elaboração de críticas à exploração dos trabalhadores pela burguesia nacional, como pode ser visto na matéria “O horroroso desastre do Rio” (O HORROROSO..., 1917, p. 3) e na seção *Commentarios de um Plebeu*, na qual encontramos o seguinte excerto:

Para este desastre concorreram pelo menos dois fatores: o elemento capitalista e o elemento proletário. O primeiro, rico, influente, ganancioso, sem escrúpulos, concebeu e fez que aprovassem um projecto de construcção que devia attingir o céu e por maravilha deste e da torre de Piza contrariar as leis do equilibrio. Nem os alicerces, nem a qualidade e espessura das paredes era alli indispensáveis. Subir, subir sempre era o que convinha. O céu é livre e a mão d’obra barata. O outro elemento, o factor operário, é o factor operário. Está dito tudo. Mora numa alfarja, tem mulher e filhos a sustentar, e um dia sem trabalho é um dia de fome e desespero. São esses dois elementos assim associados, o capital ratilante e dominador e o braço descarnado e sem prestígio que produzem a hecatombe da rua da Carioca e todas as hecatombes da sociedade presente e passada (R. F., 1917a, p. 1).

Ao apontar, por meio do relato de um acidente de trabalho, como a relação entre a burguesia e o operariado é antagônica e prejudicial aos operários, o jornal busca transmitir o conceito de luta de classes presente no discurso exotérico do movimento anarquista.

A crítica ao militarismo é outro valor anarquista constante no discurso midiático de *A Plebe*, que surge, muitas vezes, atrelado a acontecimentos factuais, como aparece em “Espancamento de um infeliz em Poços de Caldas”, em que se relata a agressão por parte de um policial a um homem na cidade localizada no sul do estado de Minas Gerais: – “Esse policial, aproveitando-se do poder autoritario que tem sobre os pobres diabos que vegetam em todas as cidades” (CALDENSE, 1917, p. 2). E em “Bellicosidades”, matéria sobre a distribuição de armas de fogo pelo governo do estado de São Paulo para crianças de escolas particulares: “Não há dúvida que o polvo do militarismo não pára um momento na obra inglória de estender seus tentáculos por toda a parte, ainda mesmo nos lugares que tudo indica devem estar-lhe completamente interdictos – como por exemplo, as escolas infantis” (BELLICOSIDADES, 1917, p. 1).

Por fim, vale destacar o amplo uso de artigos essencialmente doutrinários pelos editores de *A Plebe*, com o objetivo de apresentar os valores anarquistas e, conseqüentemente, formar novos militantes e homogeneizar os valores de diferentes anarquistas. São exemplos desse discurso artigos como: “A igreja christã” (F. A. L., 1917, p. 4), “A expropriação” (A EXPROPRIAÇÃO, 1917, p. 2), “Igreja e estado” (BRAZ, 1917a, p. 1), “O operário” (O OPERÁRIO, 1917, p. 4), “Um autoritário

‘malgré lui’” (TOUT COURT, 1917, p. 2), “Rebeldias” (BRAZ, 1917b, p. 4) e “O mundo marcha” (H. L. M., 1917, p. 4), que apresentam conceitos e crenças anarquistas como o anticlericalismo, o antiestatismo, o direito à expropriação, o conceito de operário e a crença na evolução da sociedade rumo a libertação dos trabalhadores, ideias fundamentais para a formação de uma nova sociedade libertária.

Diferente dos textos comentados anteriormente, esse grupo de artigos não traz necessariamente um fundo factual para apresentar o discurso exotérico do movimento anarquista, mas é construído visando transmitir os conceitos básicos e proposições do movimento, como pode ser visto no trecho inicial de “O operário”:

O operário é a figura legendária que vive encarcerada nos negros abysmos do inferno social. Pesa sobre elle a fatalidade da miseria e há séculos que procura libertar-se de todos os flagellos que o perseguem. Mais infeliz do que qualquer dos celebres criminosos despenhados no Tártaro pela cólera de Júpiter, soffre sózinho todas as grandes torturas que o chefe supremo do Olympo distribuia pelas suas victimas (O OPERÁRIO, 1917, p. 4).

Ou na ideia de inevitabilidade de uma revolução social, como apresentado em “O mundo marcha”:

O mundo marcha inegavelmente para um porvir redemptor, que acabará de uma vez com a desigualdade que na terra existe desde há séculos e da qual resulta a opressão da maior parte da humanidade, que agora aneia romper para sempre os elos da sua escravidão (H. L. M., 1917, p. 4).

Em ambas as passagens, podemos notar profundidade conceitual, que apesar de estarem ligadas ao cotidiano dos operários e das pessoas com maior proximidade com o movimento anarquista, demandam maior referencial cultural para a completa assimilação do discurso exotérico. Esses diferentes graus de profundidade teórica denotam que o discurso midiático que encampava a função pedagógica do discursos exotérico do movimento anarquista em *A Plebe* era dirigido para dois públicos: o primeiro, os operários, em geral, que estavam cotidianamente submersos em uma realidade de exploração, acidentes de trabalho e militarização, mas que tinham menor domínio dos conceitos anarquistas, e o segundo grupo, composto por membros do movimento anarquista e outras pessoas que possuíam maior grau de domínio do discurso do movimento. Para esses últimos, os artigos teóricos publicados em *A Plebe* estavam no limiar entre o discurso exotérico e o esotérico.

3.2 Função simbólica

Com o objetivo de valorizar as intervenções do movimento anarquista na sociedade, a função simbólica está muito associada às estratégias de visibilidade e reforço. Essa função cumpre um papel de reconhecer o movimento, o ideário e as táticas anarquistas como formas legítimas de transformação social e sua publicação em jornais possibilita maior alcance desse reconhecimento.

O primeiro ponto de destaque na análise da presença da função simbólica em *A Plebe* é que, diferente do que ocorre na função pedagógica, na qual os valores e as crenças anarquistas são dificilmente

associados a algum grupo específico, na função simbólica a atuação de grupos e comitês é valorizada, seja pelas ligas de bairro e de trabalhadores ou por organizações como o CDP, que une diversas organizações e tem marcada atuação durante e depois da Greve Geral de 1917.

No que diz respeito às ligas de bairro e operárias, podemos tomar a seção Mundo Operário e, a partir da oitava edição, a terceira página do jornal como exemplos singulares da função simbólica com uso da estratégia de reforço, uma vez que esses espaços são utilizados para divulgar a criação e as ações de diversas ligas de bairro em São Paulo, como as ligas operárias da Mooca, do Belenzinho, da Lapa e outras, bem como as organizações operárias. Além disso, nesses espaços são reportados constantemente as atividades de movimentos grevistas, como é o caso de uma passeata dos operários em greve do Cotonifício Crespi:

Os grevistas do Cotonifício Crespi fizeram hontem uma imponente passeata pelo centro da cidade realizando comícios na Praça Antonio Prado e no Largo da Sé. Em frente às redacções dos jornais falaram dois camaradas e duas operárias. Foi uma bella demonstração obreira. Os burguezes ouviram-nas boas daquella multidão de homens, mulheres e crianças. (A PLEBE, 30 jun. 1917, p. 3).

A presença constante desses relatos de greves e reuniões das organizações operárias presentes na seção “Mundo Operário” antes da eclosão da Greve Geral denota o uso, por parte dos editores de *A Plebe*, da estratégia de reforço da função simbólica – de intervenção na realidade – dos operários organizados em greve ou em associações.

Após a Greve Geral, tal estratégia é direcionada a uma organização surgida especificamente naquele período, o CDP.

Tendo o editor Edgard Leuenroth entre seus integrantes, o CDP é figura constante nas páginas de *A Plebe*. Seu primeiro registro é no dia 9 de julho, quando é mencionada a reunião que iria fundar o comitê, mas é depois da Greve Geral que o periódico passa a relatar constantemente as atividades do CDP, não só dando visibilidade às suas ações, mas também legitimando-o como órgão articulador dos interesses dos operários paulistanos, como podemos constatar no seguinte trecho, retirado de uma nota sobre as propostas do comitê para dar fim à greve:

O programma communicado aos jornaes pelo Comité de Defeza Proletária éra o mínimo que um *comité* de defeza, sahido das multidões vencidas pela fome, espoliada, roubada e assaltada pelos cossacos do Estado poderia reclamar. Foi, porém, a prova da manifesta boa-vontade que existia de resolver o conflicto por via de uma solução que, para nós, mesmo conseguida, não deixaria de ser um tanto illusoria e transitória. Noutras partes, noutros paizes, o que pede um *comité* de Defeza Operária – um *comité* que se deve considerar subversivo – estaria já proposto pelas próprias classes consevadoras como medida de defeza dos proprios interesses. Aqui, o mínimo teve, ao contrário, de ser pedido por aqueles que têm o olhar naturalmente voltado para o maximo, por aquelles que aspiram à justiça integral, ao pão para todos, ao bem-estar de todos (A PLEBE, 21 jul. 1917, p. 1).

Nessa passagem, notamos um discurso no qual a função simbólica do CDP

é reforçada ainda que, durante o processo de negociação, seus membros tenham abdicado de seus ideais para procurar uma solução positiva e imediata para os operários.

Outra organização anarquista que tem ampla visibilidade nas páginas do jornal após a greve geral é a Fosp, cuja as atividades para sua refundação são divulgadas sempre na terceira página das edições número 10 (18 ago. 1917), 11 (25 ago. 1917), 12 (1 set. 1917) e 13 (8 set. 1917). No caso do discurso da refundação da Fosp, a presença do discurso exotérico do movimento anarquista é tão marcante no discurso de *A Plebe*, que parece que o limiar entre ambos não existe:

É amanhã que terá lugar o convenio de todo o elemento obreiro de S. Paulo. É um acontecimento devera auspicioso, que marcará nos annaes do operariado paulista uma soberba e gloriosa data. Rejubilamo-nos com tão importante facto. Rejubilamos porque elle é o signal inilludivel de que as massas obreiras emfim despertadas do seu longo lethargo, estão dispostas à lucta dignificadora (A PLEBE, 25 ago. 1917, p. 3).

Por fim, vale também destacar o uso de notícias internacionais que aludem à função simbólica do discurso exotérico do movimento anarquista. Já na segunda edição, a coluna “Sermões ao ar livre” (VAZ, 1917, p. 1), assinada pelo português Neno Vasco, sob o pseudônimo de Zeno Vaz, comenta sobre o jornal anarquista francês *Ce Qu’il Fout Dire* e sua força na França. Na mesma edição, a França é assunto mais uma vez em “C’est la lutte finale...”, em que é relatado o início de um levante popular, além de todo o histórico de lutas do povo francês:

Que fará em 1917 a heroica plebe dos *faubourgs* de Paris? Os povos já não podema mais supportar as consequencias da universal conflagração. Antes de sacrificarem-se nas frentes de batalha, [...], devem os homens lutar nas ruas das capitais da Europa, arrazando thronos e altares, abolindo o direito de propriedade que é a causa de todo o mal estar social (VAZ, 1917, p. 1).

Casos como esse, no qual a função simbólica do discurso do movimento anarquista aparece em fatos ocorridos no exterior, servem também para transmitir o valor internacionalista do movimento anarquista. Dessa forma, ao relatar o poder e a legitimidade do operariado e do movimento anarquista em intervir na realidade europeia, argentina ou estadunidense, *A Plebe* amplia o alcance do poder de intervenção do movimento anarquista, trazendo maior legitimidade para o movimento realizado pelos militantes no Brasil.

3.3 Função mobilizadora

Com o propósito de atrair o público para sua causa, as instituições fazem uso da função mobilizadora, buscando dessa forma tornar efetiva e continua sua intervenção na sociedade. O recorte que fazemos em nossa pesquisa das 13 primeiras edições do jornal *A Plebe* permite visualizar um momento representativo no qual o movimento anarquista utiliza a função mobilizadora do discurso exotérico, do qual o jornal se apropria para construir o discurso midiático, com o objetivo de ampliar a luta da classe trabalhadora paulistana e, após a Greve Geral, dar continuidade à almejada revolução. Para tanto, uma estratégia recorrente nos artigos que se caracterizam pela

função mobilizadora é a de compatibilização, em que os redatores buscam alinhar as metas e ideais anarquistas da luta bem como os problemas enfrentados.

Um exemplo desse recurso é encontrado no já citado artigo de apresentação do jornal, “Rumo à revolução social”. Nele, Edgard Leuenroth aponta a burguesia, a igreja, o militarismo e o Estado como causas dos problemas sociais, afirmando, em seguida, que *A Plebe* surge para lutar pelos trabalhadores de todo o Brasil:

Vem este jornal ser um eco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe imensa que desde os seringais da Amazonia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras falerias do sub-solo, nos ergastulos industriaes ou nos invios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para mantes na opulencia os ladrões legaes que aqui, em má hora, viram a luz do dia, ou como aves de rapina, aportaram de outras paregens (LEUENROTH, 1917, p. 1).

Já em “Uma cruzada que se impõe”, Antonio Canellas relata os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais do interior de Alagoas, vítimas de constantes roubos de terra por parte dos grandes proprietários. Dessa forma, o militante e jornalista compatibiliza os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais com o discurso de expropriação anarquista, na tentativa de arregimentar seu público para a luta ao lado dos anarquistas.

É sabido, é lei sociologica, que a libertação de um povo só pode ser obra desse mesmo povo. Mas como poderão libertar-se da

escravidão e da ignorancia em que jazem umas criaturas a quem nunca disseram que o homem tem direito à satisfação de todas as suas necessidades normaes; que todos os homens têm iguaes direitos [...]? (CANELLAS, 1917, p. 2).

A compatibilização como estratégia da função mobilizadora também está presente na coluna Notas Simples, publicada na sexta edição, na qual é feita a associação entre os problemas de baixos salários e de inflação com a luta libertária: “Os trabalhadores vendo, dia a dia, seus salarios diminuidos, o vendeiro augmentando consideravelmente os generos de primeira necessidade, encontravam-se num estado tão lastimoso e precario que só poderia ser temporariamente resolvido por meio da greve” (A PLEBE, 21 jul. 1917, p. 2). A mesma estratégia é observada na série de artigos sobre a aproximação dos militares do Rio de Janeiro com a causa grevista e revolucionária, presente nos artigos que aparecem sob o título “Soldados e operários”, publicados nas edições 10 (18 ago. 1917, p. 4), 11 (25 ago. 1917, p. 4) e 13 (8 set. 1917, p. 4), que visavam ampliar o movimento revolucionário por meio do apoio dos militares: “Continuamos a registrar os symptomas de formação, no Brazil, de um ‘comité’ de soldados e operarios. Que isto seja uma aspiração claramente formulada já, primeiramente no seio das classes operarias, não padece mais duvida” (A PLEBE, 25 ago. 1917, p. 4).

Porém, o caso mais representativo do uso da estratégia da compatibilização é a edição número cinco, publicada em 9 de julho, dia em que a Greve Geral começa a tomar forma. Com a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho espalhando-se por toda a capital, os editores de *A Plebe* unem os interesses

dos operários com o discurso do movimento anarquista, buscando ampliar o movimento grevista e a luta libertária.

Ao lado dessa incalculável acumulação de riquezas, que são esbanjadas na depravação e no vício, no jogo, na embriaguez e na prostituição pelas classes abastadas e pelos funcionários públicos, existe um proletariado que não encontra com o seu trabalho recurso algum para matar a fome dos seus filhos. Este crime social é demasiado grande para que até os mais neófitos não o vejam e não protestem contra elle. Dahi provém, pois, o movimento de reivindicação operaria, as greves com as suas consequências (A PLEBE, 9 jul. 1917, p. 1).

Nesses três exemplos, encontramos no discurso midiático de *A Plebe* o uso da estratégia de compatibilização empregado pelo movimento anarquista em seu discurso exotérico. Por meio dessa estratégia, o movimento visa ampliar seu poder de mobilização social para sua causa – o que justifica o crescimento dessa estratégia após a Greve Geral, quando o movimento anarquista pretendia dar continuidade ao processo reivindicatório –, criando identidade entre os fatores que mobilizam os militantes anarquistas com os de outros grupos, como soldados, trabalhadores do campo e outros operários.

3.4 Função reparadora

Fazendo uso, principalmente, da estratégia da exacerbação dos diferendos, encontramos a função reparadora do discurso do movimento anarquista quando os editores de *A Plebe* buscam criticar e anular os discursos oriundos das instituições

tradicionais e das instituições midiáticas ligadas à burguesia, que desqualificam o movimento anarquista.

No caso do discurso produzido pelas instituições tradicionais, como o Estado e a polícia, encontramos exemplos do uso da função reparadora na coluna Comentários de um Plebeu, que contradiz a denúncia de que anarquistas argentinos teriam espalhado bombas por Buenos Aires. Ao relatar a chegada das denúncias por telegramas, o autor afirma que irá explicar a verdade sobre as bombas argentinas:

As bombas de dynamite a que se referem os telegramas de Buenos Aires é obra exclusiva da polícia desta cidade. [...] Os anarchistas, aquellos que realmente o são e compreendem o significado da idéa anarchica, não praticam nem se envolvem nunca em attentados imbecis, sem grandeza, nem objetivo. Uma tal obra não pode ser o resultado de um ideal de justiça, mas d'um ideal de tyrannia, que é o ideal das polícias (R. F., 1917b, p. 1).

Aqui, notamos uma tentativa de contrapor os valores de duas instituições, a polícia e o movimento anarquista, colocando-as em direções opostas. Segundo o artigo, a polícia e os anarquistas diferenciam-se não só por seus atos, mas por seus objetivos. Enquanto o primeiro agiria para gerar o caos e a violência que justifiquem seus atos autoritários e repressivos, os anarquistas agiriam segundo um ideal maior de justiça, podendo até lançar mão da violência, mas sempre com uma grandeza e direcionada para um fim maior.

Outro exemplo do uso da estratégia da exacerbação dos diferendos surge em “Os anarchistas e a polícia”, no qual as diferenças

do grupo ligado ao jornal *A Plebe* com grupos anarquistas cariocas reaparece, dessa vez com a crítica ao grupo de anarquistas que desistiram de realizar uma reunião na Capital Federal sob as ordens da polícia, fazendo com que a autora Valeska Maria busque reafirmar a posição dos anarquistas de lutarem contra a autoridade:

Ir antes de protestar, rabicho entre as pernas, à consulta das autoridades, implorando-lhes quasi a sua permissão; sujeitar um movimento de rebeldia às disposições dum bisvorróias qualquer; chegue de polícia bebado ou cornudo auxiliar – poderá ser, para algum espírito ingenuo ou menos sceptico, *movimento anarquista*, cá para mim, porém, não passa de deplorável brincadeira (MARIA, 1917, p. 3).

Da mesma forma, a função reparadora é amplamente utilizada quando os jornais da grande imprensa atacam e desqualificam o movimento anarquista. São diversos os artigos que fazem uso da exacerbação dos diferendos para desqualificar o discurso dos jornais e reparar os valores anarquistas. Como exemplos, podemos citar os artigos: “O pobre é um vadio?” (MOTA, 1917, p. 1), “Velha asneira” (VELHA..., 1917, p. 1), na coluna Nota Simples (30 jun. 1917, n. 4, p. 4, e 11 ago. 1917, n. 9, p. 4), “As caduquices do ‘vovô’” (AS CADUQUICES..., 1917, p. 2), entre outros. Caso exemplar é encontrado em “A lógica burguesa...”. Nesse artigo, Vicente de Miranda Reis responde as acusações publicadas pela “imprensa burguesa” de que os anarquistas estariam explorando os operários ao incitar as greves defendendo os militantes anarquistas, caracterizando-os como pessoas que abrem mão de condições de vida possivelmente melhores em prol de ideais de justiça e igualdade.

Pela lógica desses sacripantes, é porque são uns exploradores, que os anarquistas prégam a socialização da propriedade, [...]. É porque são uns exploradores, que elles renunciam ao conforto, abrem mãos dos seus prazeres e vão fazer, no meio dos oprimidos, a propaganda das ideias novas [...]. Defensores do povo, são os jornalistas pagos pelos governos estrangeiros para pugnarem pela participação deste mesmo povo na chachina mundial; são os deputados que lesam os produtores em cem mil réis por dia [...]; são os chefes de polícia atrabiliarios e hydrophobos que prohibem comícios, fecham associações operarias (REIS, 1917, p. 2).

Dentro do cenário de conflito entre o movimento anarquista e as instituições tradicionais, seja o Estado, a polícia ou a própria mídia, a função reparadora exerce um papel central no processo de divulgação e legitimação do movimento anarquista. O espaço público no qual Estado, burguesia, operários e anarquistas disputam sua legitimidade é um espaço fluído, isto é, em constante movimento. Dessa forma, a função reparadora vem recompor a imagem do movimento anarquista construída pelas outras funções do discurso exotérico e desqualificadas pelos discursos exotéricos das instituições concorrentes.

Considerações finais

Finda a análise, podemos afirmar que, ao longo das 13 primeiras edições do jornal *A Plebe*, editores e jornalistas apropriaram-se, em diversos momentos, dos discursos

exotéricos provenientes do movimento anarquista, sobretudo dos militantes paulistanos, para a propagação da causa que defendiam.

A apropriação do discurso do movimento anarquista pode ser compreendida pela ligação direta que os editores de *A Plebe* tinham com o movimento, uma vez que eles, em sua maioria, eram militantes anarquistas. Dessa forma, podemos concluir que os editores do jornal utilizavam as páginas do periódico não só como um veículo de informação sobre os movimentos operário e anarquista e outros temas de interesse de seu público, mas também como meio de formação de militantes anarquistas e de potencial fator de transformação social, confirmando as afirmações de Hardman (2002, p. 311) e Rodrigues (2009, p. 179) de que os jornais anarquistas tinham como objetivo informar e formar seu público.

Para que o objetivo de informar e formar fosse alcançado, compreendemos que foi fundamental a apropriação pelo discurso midiático das quatro funções do discurso exotérico: a pedagógica, responsável pela transmissão dos valores e crenças do movimento anarquista; a simbólica, cujo objetivo foi implementar visibilidade para as intervenções do movimento na sociedade; a função mobilizadora, que buscou atrair o público para as causas libertárias; e a função reparadora, que atuou na reconstituição dos valores anarquistas. ■

[LILIANE MARIA MACEDO MACHADO]

Mestre e doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Comunicação da UnB.

E-mail: profliliane@globocom

[FERNANDO FIGUEIREDO STRONGREN]

Mestre e doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Ambas com bolsa de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: f.strongren@yahoo.com.br

Referências

A EXPROPRIAÇÃO. **A Plebe**, São Paulo, n. 6, p. 4, 21 jul. 1917.

ADDOR, Carlos A. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. **In:** ADDOR, Carlos A.; DEMINICIS, Rafael (ed.). **História do anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2. p. 13-35.

AGITAÇÕES operárias. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Notícias Diversas, p. 5, 13 jul. 1917. Disponível em: <https://bit.ly/2Gr9UIQ>. Acesso em: 14 abr. 2015.

AS CADUQUICES do “vovô”. **A Plebe**, São Paulo, n. 6, p. 2, 21 jul. 1917.

A PLEBE. Editorial. **A Plebe**, São Paulo, n. 4, p. 3, 30 jun. 1917.

A PLEBE. Notas Simples. **A Plebe**, São Paulo, n. 4, p. 4, 30 jun. 1917.

A PLEBE. Notas Simples. **A Plebe**, São Paulo, n. 6, p. 1-2, 21 jul. 1917.

A PLEBE. Notas Simples. **A Plebe**, São Paulo, n. 9, p. 4, 11 ago. 1917.

A PLEBE. Editorial. **A Plebe**, São Paulo, n. 11, p. 3, 25 ago. 1917.

BELLICOSIDADES. **A Plebe**, São Paulo, n. 13, p. 1, 8 set. 1917.

BRAZ. Igreja e estado. **A Plebe**, São Paulo, n. 7, p. 1, 28 jul. 1917a.

BRAZ. Rebeldias. **A Plebe**, São Paulo, n. 8, p. 4, 4 ago. 1917b.

CALDENSE, Plebeu. Espancamento de um infeliz em Poços de Caldas. **A Plebe**, São Paulo, Banditismo Policial, n. 11, p. 2, 25 ago. 1917.

CANELLAS, Antonio. Uma cruzada que se impõe. **A Plebe**, São Paulo, Ecos de Alagoas, n. 3, p. 2, 23 jun. 1917.

F. A. L. A igreja cristã. **A Plebe**, São Paulo, n. 5, p. 4, 9 jul. 1917.

FERREIRA, Maria N. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

GOMES, Pedro G. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Paulinas, 1990.

GRINBERG, Máximo S. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. *In*: GRINBERG, Máximo S. (ed.). **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 17-35.

HARDMAN, Francisco F. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

H. L. M. O mundo marcha. **A Plebe**, São Paulo, n. 13, p. 4, 8 set. 1917.

LEUENROTH, Edgard. Rumo à revolução social. **A Plebe**, São Paulo, Ao que Vimos, n. 1, p. 1, 9 jun. 1917.

LEUENROTH, Edgard. Presença atual. *In*: LEUENROTH, Edgard. **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963. p. 91-101.

LOPREATO, Christina da S. R. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MALATESTA, Errico. O objetivo dos anarquistas. *In*: MALATESTA, Errico. **Cadernos anarquistas**. Fortaleza: Organização Resistência Libertária, 2010. p. 17-20. Disponível em: <https://goo.gl/x2m1ML>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MARIA, Valeska. Os anarchistas e a polícia. **A Plebe**, São Paulo, n. 5, p. 3, 9 jul. 1917.

MOTA, Benjamin. O pobre é um vadio?. **A Plebe**, São Paulo, n. 1, p. 1, 9 jun. 1917.

O HORROROSO desastre do rio. **A Plebe**, São Paulo, Os crimes da burguesia, n. 1, p. 3, 9 jun. 1917.

O OPERÁRIO. **A Plebe**, São Paulo, n. 7, p. 4, 28 jul. 1917.

OS OPERÁRIOS. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Notícias Diversas, p. 5, 13 jul. 1917. Disponível em: <https://bit.ly/2Gr9UIQ>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PERUZZO, Cicilia K. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1988.

R. F. Mais uma. **A plebe**, São Paulo, Commentarios de um Plebeu, n. 2, p. 1, 16 jul. 1917a.

R. F. Bombas anarchistas. **A Plebe**, São Paulo, Commentários de um Plebeu. n. 3, p. 1, 23 jun. 1917b.

REIS, Vicente M. A lógica burguesa... **A Plebe**, São Paulo, n. 11, p. 2, 25 ago. 1917.

RODRIGUES, Adriano D. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. *In*: PORTO, Sérgio D. (ed.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Ed. UnB, 2012. p. 227-242.

RODRIGUES, Marcos A. S. Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República. *In*: ADDOR, Carlos A.; DEMINICIS, Rafael (ed.). **História do anarquismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2. p. 173-184.

SOLDADOS E OPERÁRIOS. **A Plebe**, São Paulo, n. 10, p. 4, 18 ago. 1917.

SOLDADOS E OPERÁRIOS. **A Plebe**, São Paulo, n. 11, p. 4, 25 ago. 1917.

SOLDADOS E OPERÁRIOS. **A Plebe**, São Paulo, n. 13, p. 4, 8 set. 1917.

TORREZÃO, Bazilio. Em nome do povo, não! **A Plebe**, São Paulo, n. 2, p. 1, 16 jul. 1917.

TOUT COURT, Vincent. Um autoritário “malgré lui”. **A Plebe**, São Paulo, n. 8, p. 2, 4 ago. 1917.

VAZ, Zeno. Sermões ao ar livre. **A Plebe**, São Paulo, n. 2, p. 1, 16 jun. 1917.

VELHA asneira. **A Plebe**, São Paulo, n. 3, p. 1, 23 jun. 1917.